

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.587 - PR (2019/0311657-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**RECORRENTE** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**RECORRIDO** : **LUCIANO MONTEIRO BREDÁ**  
**ADVOGADO** : **CARLOS ALBERTO LOPES LAMERATO - PR036616**  
**RECORRIDO** : **HAMILTON COBO PIRES**  
**AGRAVANTE** : **HAMILTON COBO PIRES**  
**ADVOGADO** : **ANDRÉ LUIZ GONÇALVES SALVADOR - PR014204**  
**AGRAVADO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por HAMILTON COBO PIRES contra decisão que inadmitiu o recurso especial, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, manejado em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Consta nos autos que o agravante foi denunciado, em concurso de agentes, como incurso nas sanções do artigo 298 do Código Penal, por 32 vezes, n/f art. 71 do Código Penal, e art. 1º, inciso I, da Lei n. 8.176/1991, por 32 vezes, n/f art. 71 do Código Penal. A sentença julgou improcedente a pretensão punitiva e absolveu o agravante dos delitos, fundamentado no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. Irresignado, o representante do *Parquet* interpôs recurso de apelação, requerendo a condenação do agravante. O Tribunal *a quo*, por unanimidade, deu provimento ao recurso para condenar o agravante à pena de 3 anos e 4 meses de detenção, em regime aberto, pelo cometimento do crime descrito no artigo 1º, inciso I, da Lei n. 8.176/1991 (por 9 vezes), n/f do artigo 71 do Código Penal, conforme os termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 1481/1482) :

*APELAÇÃO CRIMINAL. DENÚNCIA DE FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR E COMÉRCIO ILEGAL DE COMBUSTÍVEIS (ARTIGO 298, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL E ARTIGO 1º, INCISO I, DA LEI 8.176/1991). SENTENÇA QUE ABSOLVEU OS DENUNCIADOS POR AUSÊNCIA DE PROVAS. RECURSO MINISTERIAL. 1) NECESSIDADE DE UTILIZAÇÃO DO INSTITUTO DA EMENDATIO LIBELLI CONFORME ARTIGO 383, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, PARA ACRESCENTAR A TIPIFICAÇÃO DO DELITO*

*DE USO DE DOCUMENTO FALSO (ARTIGO 304 DO CÓDIGO PENAL) AO FATO 01 NARRADO DA EXORDIAL ACUSATÓRIA. 2) ABSOLVIÇÃO DO DELITO DE FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR. INEXISTÊNCIA DE PROVAS DE AUTORIA. 3) SUFICIÊNCIA DE PROVAS DE MATERIALIDADE E AUTORIA DO USO DE DOCUMENTO FALSO. 4) SUFICIENTES PROVAS DE MATERIALIDADE E AUTORIA DO CRIME DE COMÉRCIO ILEGAL DE COMBUSTÍVEL. EMPRESA TRANSPORTADORA REVENDEDOR RETALHISTA (TRR) QUE NÃO POSSUÍA AUTORIZAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO (ANP) PARA EFETUAR VENDA VAREJISTA E EFETUOU VENDA ILEGAL. PORTARIA 116/2000 DA ANP. 5) PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO ENTRE OS CRIMES DE USO DE DOCUMENTO FALSO E COMÉRCIO ILEGAL DE COMBUSTÍVEIS. NOTAS FISCAIS FALSAS QUE ERAM USADAS PARA A EXECUÇÃO DA VENDA ILEGAL DE COMBUSTÍVEL NO VAREJO. 6) APELADO HAMILTON CONDENADO PELO CRIME DE COMÉRCIO ILEGAL DE COMBUSTÍVEIS (ARTIGO 1º, INCISO I, DA LEI 8.176/1991. APELADO LUCIANO CONDENADO PELO CRIME DE USO DE DOCUMENTO FALSO (DOCUMENTO PARTICULAR - ARTIGO 304 C/C 298, AMBOS DO CÓDIGO PENAL). 7) RECONHECIMENTO DO INSTITUTO DO CRIME CONTINUADO (ARTIGO 71 DO CÓDIGO PENAL). RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.*

Opostos embargos de declaração pela defesa, esses foram rejeitados, conforme a ementa a seguir (e-STJ fl. 1587/1588):

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CRIME EM APELAÇÃO. DECISÃO UNÂNIME DA CÂMARA QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO MINISTERIAL PARA CONDENAR O ACUSADO HAMILTON COBO PIRES COMO INCURSO NO DELITO DE COMÉRCIO ILEGAL DE COMBUSTÍVEIS (ARTIGO 1º, INCISO I, DA LEI Nº 8.176/91) E LUCIANO MONTEIRO BREDAS COMO INCURSO NO DELITO DE USO DE DOCUMENTO FALSO (ARTIGO 304 C/C ARTIGO 298, AMBOS DO CÓDIGO PENAL).*

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 01: 1) PLEITO DE CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO. PEDIDO NÃO CONHECIDO. 2) EMBARGANTE*

*QUE ALEGA CONTRADIÇÃO DO ACÓRDÃO AO CONSIDERAR A CONTINUIDADE DELITIVA DO CONDENADO.*

*PRETENSA REANÁLISE DAS PROVAS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO QUE NÃO SE PRESTAM A ESSE FIM. 2) ALEGADA CONTRADIÇÃO NA EXASPERAÇÃO DA PENA BASE. MERO INCONFORMISMO COM A SOLUÇÃO ADOTADA. RECURSO COM FINALIDADE DE REDISCUTIR A MATÉRIA.*

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 02: 1) PLEITO DE CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO, PEDIDO NÃO CONHECIDO. 2) EMBARGANTE QUE ALEGA OMISSÃO NO ACÓRDÃO AO NÃO CONSIDERAR PLEITO PERICIAL REALIZADO PELA PARTE DURANTE A INSTRUÇÃO PROCESSUAL E INDEFERIDO PELO JUÍZO A QUO.*

*PEDIDO DE PERÍCIA PRECLUSO NESTA FASE. VALORAÇÃO DA PROVA BEM EXPOSTA NO ACÓRDÃO. PRETENSA REANÁLISE DAS PROVAS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO QUE NÃO SE PRESTAM A ESSE FIM. 3) ALEGADO 815 IN IDEM NA EXASPERAÇÃO DA PENA BASE. MERO INCONFORMISMO COM A SOLUÇÃO ADOTADA.*

*RECURSO COM FINALIDADE DE REDISCUTIR A MATÉRIA.*

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 03: 01) REPRESENTANTE MINISTERIAL QUE ALEGA OMISSÃO NO ACÓRDÃO QUANTO A FUNDAMENTAÇÃO DA FRAÇÃO DE AUMENTO DE PENA RELATIVA AO CRIME CONTINUADO. ACÓRDÃO QUE EXPLICITAMENTE DEMONSTRA AS RAZÕES DE DECIDIR. AUMENTO DE PENA DIFERENCIADO ENTRE OS CONDENADOS EM RAZÃO DA QUANTIDADE DE CRIMES PRATICADOS POR CADA UM DELES.*

*RECURSO COM FINALIDADE DE REDISCUTIR A MATÉRIA. 2) PREQUESTIONAMENTO. DESNECESSIDADE DE MENÇÃO EXPRESSA AOS DISPOSITIVOS DE LEI. AUSÊNCIA QUE NÃO IMPEDE A INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS ÀS INSTÂNCIAS SUPERIORES.*

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 01 E 02 PARCIALMENTE CONHECIDOS E NA PARTE CONHECIDA, REJEITADOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 03 CONHECIDOS E*

**REJEITADOS.**

Nas razões do recurso especial, a defesa alega violação do artigo 59 e 71, ambos do Código Penal, aduzindo que a culpabilidade, as circunstâncias do crime e a consequência do delito não foram corretamente avaliadas, causando uma exacerbação desproporcional da pena-base. Ademais, pleiteou a exclusão da continuidade delitiva, ou, a redução da fração em seu patamar mínimo.

Afirma que "ao fixar a pena base em desfavor do Recorrente, a qual, por sinal, restou fixada de forma exacerbada, tomando por base as circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do Código Penal, acabou por considerá-los de forma contrária ao que dispõe o Código Penal, bem como de forma divergente da que vem sendo decidido pelos demais Tribunais Superiores de nossa federação, desencadeando, assim, a formação de dissídio jurisprudencial."(e-STJ fl. 1662)

Aponta que "levando em consideração que a condenação do Recorrente no presente caso versa exatamente com relação ao delito de comércio ilegal de combustíveis, não há razões para que as condutas inerentes ao tipo penal sejam reconsideradas, novamente em seu desfavor."(e-STJ fl. 1665)

Sustenta que "apenas o fato de constar 09 notas fiscais em nome da empresa "Novoeste Distribuidora de Petróleo S/A" não poderia e não deveria ser interpretado como o número de ações ilícitas supostamente praticadas pela pessoa do Recorrente, haja vista ser tal conclusão até mesmo contraditória ao depoimento prestado pela pessoa de Dongley Pretti."(e-STJ fl. 1675).

Alega que "verificamos claramente que a decisão proferida pela C. 28 Câmara Criminal do E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná deu a lei federal interpretação diversa da atribuída por outro tribunal, posto que mesmo sendo duvidosa a quantidade de infração delitivas no presente caso, não interpretou tal situação em favor do Recorrente, conforme preceitua o Princípio do *in dubio pro reo*."(e-STJ fl. 1685)

Requer o provimento do recurso especial para restabelecer a pena-base no mínimo legal e afastar o aumento decorrente da continuidade delitiva ou ainda para reduzir este na fração mínima de 1/6.

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ fls. 1712/1717), o recurso foi inadmitido, alegando o Tribunal *a quo* encontrar óbice nos enunciados n. 7 e 83 da Súmula do STJ (e-STJ fls. 1787/1802).

No presente agravo, a defesa não rebate os fundamentos da decisão de inadmissibilidade, apenas reitera os temas trazidos no recurso especial.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do inconformismo, conforme ementa transcrita a seguir (e-STJ fls. 1853):

*- DO RECURSO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL: DIREITO PENAL. PROCESSO PENAL. CRIMES DE USO DE DOCUMENTO FALSO E COMÉRCIO ILEGAL DE COMBUSTÍVEIS. RECONHECIMENTO DE CATROZE E NOVE INFRAÇÕES COMETIDAS, RESPECTIVAMENTE. CONTINUIDADE DELITIVA RECONHECIDA. PENA QUE DEVE SER AUMENTADA NA FRAÇÃO MÁXIMA.*

*- DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DE HAMILTON COBO PIRES: DIREITO PENAL. PROCESSO PENAL. CRIMES DE USO DE DOCUMENTO FALSO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO. SÚMULA Nº 182/STJ. DOSIMETRIA. NOVA ANÁLISE DA CULPABILIDADE, DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME E DAS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. REVOLVIMENTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. CONTINUIDADE DELITIVA DEVIDAMENTE RECONHECIDA. AFASTAMENTO. REEXAME DAS PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ.*

*PARECER PELO PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL E PELO NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO E, CASO CONHECIDO, PELO SEU DESPROVIMENTO .*

É o relatório. **Decido.**

O agravo não merece ser conhecido.

Inicialmente, cumpre observar que o agravante não impugnou os fundamentos da decisão agravada. Nada disse para infirmar a conclusão do Tribunal *a quo* a respeito da pretensão de reexame de provas (Súmula n. 7/STJ), nem sobre quando a orientação do tribunal se firma no mesmo sentido da decisão recorrida (Súmula n. 83/STJ).

Da análise do agravo interposto (e-STJ fls. 1817/1826), verifica-se que o recorrente concentrou esforços em apenas repetir que o número de delitos cometidos pelo agravante não correspondem à realidade dos fatos e contrariam os arts. 59 e 71 do CP, não se manifestando acerca dos fundamentos adotados na decisão de inadmissibilidade.

Desse modo, não se desincumbiu o recorrente do ônus de impugnar os fundamentos da decisão de inadmissibilidade, atraindo para o caso a incidência da Súmula n. 182/STJ, que firma o entendimento segundo o qual *"é inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada"*.

Com efeito, esta Corte Superior tem reiteradamente decidido que os recursos devem impugnar, de maneira *específica e pormenorizada*, os fundamentos da decisão contra a qual se insurgem, sob pena de vê-los mantidos. Não são suficientes meras alegações genéricas sobre as razões que levaram à inadmissão do agravo ou do recurso especial ou a insistência no mérito da controvérsia.

Nesse sentido:

*PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DECISÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. SÚMULA 182 DO STJ. INCIDÊNCIA.*

*1. O Superior Tribunal de Justiça possui o entendimento de que a ausência de impugnação específica aos fundamentos da decisão agravada impede o conhecimento do recurso, porquanto descumpridos os requisitos previstos no art. 544, § 4º, I, do CPC (AgRg no AREsp 484.357/SP, Rel. Min. MOURA*

*RIBEIRO, Quinta Turma, DJe 1º/09/2014).*

*2. Nos termos da Súmula 182 do STJ, "é inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada".*

*3. Agravo regimental não conhecido. (AgRg no AREsp. 687.423/PI, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, Quinta Turma, julgado em 30/6/2015, DJe 4/8/2015).*

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**

*1. A falta de impugnação específica de todos os fundamentos utilizados na decisão agravada atrai a incidência do enunciado sumular 182 desta Corte Superior.*

*2. Agravo regimental não provido. (AgInt no AREsp. 975.629/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 09/11/2016).*

Destarte, inviável conhecer do agravo em recurso especial.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, inciso I, do RISTJ, **não conheço** do agravo em recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator